



A GEOGRAFIA ESCOLAR NO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: dos anos de 1880 aos anos de 1930

Joseane Abílio de Sousa Ferreira
Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

Nas últimas décadas do século XIX destacou-se o surgimento de novos questionamentos no campo da Geografia, tanto referentes aos conteúdos ensinados, quanto a relação dos professores com as novas metodologias propostas. Os estudos sobre a Geografia escolar e a formação dos seus saberes, destaca a Geografia escolar enquanto uma disciplina que mantinha fortes relações com os interesses dos liberais, e com as características de descritiva, mnemônica e livresca. Nesse contexto, evidencia-se a presença da Geografia escolar como uma disciplina tradicional e de memorização, apresentada nos livros didáticos de forma mnemônica, uma Geografia clássica, em que os exercícios propiciavam maior aquisição das lições, unificando e propagando a necessidade de formação da identidade brasileira. A centralidade do discurso geográfico no Brasil desde início do século XIX se deu mediante as possibilidades de interação entre as peculiaridades do espaço escolar e as mudanças sociais sofridas ao longo dos anos. Para compreender melhor essa interação, tem-se por base o momento (final do século XIX e início do XX) em que surgem debates mais veementes sobre a necessidade de unir o ensino da Geografia escolar e a construção do nosso país enquanto nação, tendo a discussão do currículo e a busca por novas metodologias para tornar a Geografia mais moderna.

Palavras-chave: Livro didático. Exercícios. Metodologias.

SCHOOL GEOGRAPHY IN SECONDARY EDUCATION IN BRAZIL: from years 1880 to 1930

Abstract

In the last few decades of XIX century stands out the emergence of new questionings in Geography field, both talking about the contents taught, as well as the relationship of teachers with the new methodologies proposed. Studies on school geography and the formation of its knowledge emphasize school geography as a discipline that maintains strong relations with the interests of liberals, and with the characteristics of descriptive, mnemonic and bookish. In this context, the presence of school geography as a traditional discipline and memorization, presented in textbooks in mnemonic form, a classic geography, in

which the exercises propitiated greater acquisition of the lessons, unifying and propagating the need for identity brazilian formation. The centrality of geographic discourse in Brazil since the beginning of the nineteenth century came about through the possibilities of interaction between the peculiarities of school space and the social changes suffered over the years. To understand better this interaction, we have as base the moment (end of XIX century and the beggining of XX century) where appear more vehements debates about the necessity to join the scholar geography teach and the built to our country as nation, having the curricular discussion and the search for new methodologies to become the Geography more modern.

Keywords: Didactic book. Exercices. Methodologies.

INTRODUÇÃO

No campo da História da Educação, especificamente nas pesquisas voltadas para a História das disciplinas escolares, identifica-se que pesquisadores, sejam eles voltados para estudos mais densos, ou ainda aqueles que ficam apenas em ensaios, é comum a pretensão de abordar a trajetória das complexidades, dos problemas e das “ideias pedagógicas” no processo de escolarização da educação brasileira. Assim, levados por interesse de grupos ou individuais, os pesquisadores centram-se em determinados períodos da História da Educação abordando tempos e espaços que definem o tipo de ensino (primário, secundário ou superior), as metodologias e os currículos adotados para uma disciplina escolar em uma época.

Nessa perspectiva, este ensaio trata da Geografia escolar no ensino secundário e, como se deu o processo de constituição dos saberes geográficos. Pois, ao observar a presença dos saberes geográficos no currículo escolar, especificamente no ensino secundário, logo se percebe que esses passaram a aparecer bem antes da institucionalização da Geografia enquanto disciplina autônoma. Esses saberes geográficos aparecem no surgimento dos cursos preparatórios secundários como um saber auxiliar da disciplina História e Geografia. Além do mais esse conhecimento estava posto para os livros e outros materiais didáticos utilizados para ensinar a ler e a escrever, desde os jesuítas (BITTENCOURT, 2004).

O currículo da Geografia no Ensino Secundário brasileiro (1882 – 1929)

Em consulta ao Programa de Ensino do Secundário do Colégio Pedro II perceber-se que a Geografia ora aparece de maneira independente, ora associada a disciplina História, ora somada a História, como Chorographia do Brasil¹. Entre os Programas de ensino implantados nos anos de 1882 - 1929 nos cursos secundários a Geografia aparece notadamente nos primeiros anos, alternados entre o 1º e o 4º e também nos conteúdos abordados.

No Programa instituído conforme o § 1º do artigo 2º do decreto nº 8. 227 de 23 de março de 1882, a Geografia está centrada nas noções gerais e na

Cosmographia. Os livros indicados eram o compêndio Geographia e Cosmographia de P. de Abreu e o Atlas de Delamarche.

Sobre o Programa organizado após a Reforma de 8 de novembro e aprovado a partir do Art. 6º do Regulamento, de 22 de novembro de 1890, identifica-se algumas mudanças na forma de organizar o texto em muitas disciplinas. A cada ano do curso percebemos a inserção da indicação dos exercícios como recomendação de inovação no ensino, tanto na estrutura do texto dos livros, quanto feito a parte pelo professor, sendo descrito como “parte prática”, como um momento destinado ao aluno para exercitar o texto estudado. Em particular sobre a Geografia destaca-se o seguinte trecho:

Exercícios chartographicos sobre os continentes, no princípio à vista e depois de cór, procedendo sempre os traços geraes para os particulares (p. 112). Exercícios chartographicos no princípio à vista e depois de cór, sobre os diversos paizes, especialmente o Brazil, limitando-se porém aos traços geraes (p. 117).

Na colocação descrita logo acima é evidente o apelo pela inserção dos exercícios no ensino da Geografia escolar, e conseqüentemente, a descrição de como esses tomavam corpo no texto - como forma de memorização e repetição, pois os alunos os recitavam de cor a cada exercício estudado. O que por um lado podemos caracterizar como uma permanência do método mnemônico, decorativo e descritivo, e por outro, como uma justificava do uso dessa metodologia, que tem por finalidade operacionalizar o fazer pedagógico, para dá suporte as bruscas modificações (tentativas de tornar-se moderno) que o mundo do conhecimento passará no dado contexto.

Acerca dos conhecimentos geográficos pontua-se que esses eram trabalhados do geral para o particular, abordando detalhes do panorama geral dos Estados do Brasil. O que ocorria de modo um pouco diferente nos compêndios mais antigos, que mesmo tentando inovar a estrutura do texto, ainda partiam de uma ótica geral.

Sobre o Programa de 1893 ressalta-se o surgimento de um novo Programa do ensino secundário, elaborado pelo Plano de Reforma de 28 de dezembro de 1892, porém, organizado com a antiga estrutura, em relação aos saberes geográficos e o debate sobre os exercícios anteriormente citado.

Já em 1895 observa-se algumas permanências na disciplina Geografia na forma de elaborar o texto, um exemplo são as indicações de exercícios restritas apenas aos 1º e 2º anos do Ensino Secundário, pois, se observar nos dois últimos Programas, as indicações de exercícios apareciam em todos os anos.

Referente aos livros adotados na organização desse Programa de ensino, para a Geografia escolar, identifica-se a permanência dessas obras para o 1º e 2º anos:

Lacerda: - Curso methodico de Geographia (última edição) ou – Pedro de Abreu: - Elementos de geographia moderna ou – Moreira Pinto: - Curso de Geografia. Atlas Brasil por Homem de Mello ou Lomelino de Carvalho. Atlas de Schnader, Azevedo May ou Delamarche (VECHIA e LORENZ, p. 146).

As obras de Pedro de Abreu e Moreira Pinto aparecem nos programas por muitos anos, o que demonstra a importância dessas obras, e conseqüentemente, o papel desses autores na construção do pensamento geográfico da época. Ainda sobre os livros e os conteúdos abordados enfatizamos que é recorrente a terminologia “moderna” nos textos de Geografia, ou autores são enfáticos nos títulos dos capítulos na mudança de perspectiva de abordar os conteúdos geográficos.

Analisando os anos seguintes, no 7º ano do curso desse mesmo Programa, percebe-se que novamente a Geografia aparece associada à História, como Chorographia, o que demonstra uma permanência da forma inicial das abordagens geográficas.

Referente ao Programa de ensino do ano de 1898, destaca-se a permanência das características do Programa anterior, alterando-se apenas uma parte recomendada dos livrosⁱⁱ, o que provoca várias mudanças na maneira de abordar a Geografia, tanto pelo fato de que cada autor parte de uma perspectiva teórica e metodológica distinta, quanto pelo debate que estava posto para época de torna a Geografia mais moderna. Com isso, atribuíam-se aos autores dos livros e aos professores a tarefa de ensinar como trabalhar os conteúdos a partir dessa perspectiva.

Em 1912, o Programa de ensino do secundário passa a ser organizado pelo Colégio Pedro II e sofre algumas modificações na sua organização. Um exemplo foi uma quebra na estrutura do texto que anteriormente era disposta por ano e cadeira, passando a ser agora por disciplina e série, o que implica uma mudança considerável na linguagem ou código do espaço escolar, passando de ano a série. No que se refere a Geografia, destaca-se que essa permanece apenas nas séries iniciais, da 1ª a 3ª série.

Acerca do Programa de ensino de 1915, novamente organizado pelo Colégio Pedro II ressaltamos o retorno ao uso do termo ano, agora partindo da disciplina e dividindo o conteúdo de Geografia em partes (política, Chorographia, elementos da Cosmographia). Sobre essa colocação enfatiza-se a importância de observar o momento de comum convivência das modificações e dos retrocessos nas práticas sociais.

No Programa de 1926 a Geografia e as demais disciplinas sofrem algumas mudanças consideráveis na abordagem dos conteúdos, que merecem ser pontuadas. Fazendo um comparativo do Programa anteriormente destacado (1915) com o de 1926, podemos enfatizar:

- Em 1926 dispõe de uma definição clara dos tipos de geografia (physica, política, geral dos continentes e regional);
- Sobre a Geografia política enfatizamos a redução do número de lições, que em 1915 dispunha de 41 lições centradas na geopolítica e na descrição de países e, em 1926 resume-se apenas a 6ª lições, focadas mais na discussão da geopolítica. Essa constatação implicava uma abordagem mais moderna da Geografia.
- A parte destinada a Chorographia do Brasil no Programa de 1926 passa a ser abordada como parte geral (distribuída em 40 lições) e parte regional (também discutida a partir de 40 lições), diferente do Programa de 1915, que trabalhava estado por Estado;
- Com a nova estrutura do Programa de 1926 temos a introdução do debate das regiões no currículo do secundário, e conseqüentemente, no Brasil;
- Em 1926 a Cosmographia recebe novo enfoque, partindo ou entendendo os fenômenos geográficos sob outra ótica, em especial, na modificação das obras didáticas indicadas: *Geographia do Brasil*, de Delgado de Carvalho; *Chorographia do Brasil*, de Scrosoppi e *Chorographia do Brasil*, de Veiga Cabral.

Essas modificações na forma como a Geografia aparece no currículo permanece até o Programa de ensino de 1929, modificando apenas os livros indicados para o 1º ano: - A obra *Geographia Secundária* de Carlos Novaes, Europa, Asia, Africa, Oceania e America de Hoje, de Othello Reis e Novo atlas de geographia, curso médio ou superior de Monterio de Oliveira.

Para o 2º anoⁱⁱⁱ do Ensino Secundário, para a disciplina Geografia, retoma-se a indicação da obra *Geographia do Brasil*, de Delgado de Carvalho, o que implica uma permanência dos debates de uma Geografia moderna defendidos pelo autor, como também, um reconhecimento da obra para o ensino da Geografia da época.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL

A propósito da disciplina Geografia, datamos que esta se institucionalizou com a criação do Colégio Pedro II, em 1837, passando a compor o currículo escolar brasileiro, tornando-se, portanto, uma disciplina obrigatória no currículo do Ensino Secundário brasileiro.

É bom enfatizar que no currículo do Pedro II^{iv} a Geografia escolar ensinada em quase nada foi alterada daquela ensinada nos cursos preparatórios. Uma das comprovações disso estaria nas legislações que estabelecia que os mesmos conteúdos, compêndios e livros usados nas aulas dos cursos preparatórios fossem

adotados para instrução secundária, que seguia o programa dos referidos cursos e acompanhava suas modificações.

As legislações educacionais brasileiras tiveram sua base de organização nos modelos de escolas que foram “transplantados” da França, ou seja, as elites brasileiras queriam estabelecer uma legislação educacional em um país que se tornara recém independente e foram buscar ou copiar um modelo de educação capaz de disseminar uma cultura letrada (ROCHA, 1996).

Essa característica da educação brasileira é uma questão que abre espaço para muitas discussões no campo de pesquisas sobre a História da Educação, em especial, nos estudos que abordam o currículo e a história das disciplinas escolares. A propósito da Geografia escolar, enfatiza-se que tal colocação remete à finalidade da disciplina ao compor o currículo.

Nessa perspectiva, aqui entende-se a institucionalização da Geografia no currículo brasileiro, pensando especialmente em seu papel de destaque na propagação dos debates educacionais da Primeira República, como também, quais os saberes escolares que por ela foram disseminados e, principalmente, qual a relação desses saberes com a elaboração dos livros didáticos.

Partindo do pressuposto de que, no Brasil, pode-se afirmar que a Geografia escolar serviu para o desenvolvimento das ideias nacionalistas^v ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século passado, uma vez que as metodologias aplicadas pelos professores e a repercussão dessas na elaboração desses materiais didáticos atendia, inicialmente, a fins nacionalistas, mesmo que não apresentassem isso explicitamente, pois na sua grande maioria tais interesses estavam expressos nas entrelinhas desses materiais. Esta perspectiva referente ao ensino de História também é destacada por Bittencourt (2004) que corrobora dessa ideia de que o nacionalismo patriótico exerceu centralidade no rol dos conteúdos dessa disciplina desde o início da organização do sistema de ensino brasileiro.

A propósito dessa discussão, Vlach (1988) aponta que esse debate tem despertado pesquisas e opiniões contraditórias acerca desse posicionamento.

Contrariando os estudos supramencionados Rocha (1996) afirma:

[...] é possível colocar em xeque a ideia cultuada entre os meios acadêmicos de geografia, de que esta disciplina, ao ser inserida no currículo escolar brasileiro, teve como principal objetivo a veiculação de uma ideologia que tinha como objetivo principal estimular o amor à pátria (p.147).

Outra perspectiva distinta desta sobre o papel desempenhado pela Geografia escolar ao torna-se parte integrante do currículo brasileiro, destacamos ainda a posição de Vlach (1988) ao defender a ideia de que a Geografia começa a fazer

parte do currículo escolar para difusão de uma ideologia empenhada com os interesses do nacionalismo patriótico, para exaltar a terra e fornecer suporte pedagógico à escola enquanto aparelho reprodutor do Estado. Nesse sentido, é importante destacar que essa autora compreende que a institucionalização da Geografia escolar no Brasil se deu semelhante a sua inserção e finalidade na composição do currículo Francês. No seu entendimento o desenvolvimento da Geografia escolar na França serviu para a formação de uma ideologia nacionalista, isto é, o conhecimento dos espaços e o mapeamento da composição do espaço nacional implicariam a construção de um sentimento de nacionalismo patriótico (VLACH, 1988).

A propósito Albuquerque (2009) enfatiza que essa ideologia patriótica que Vlach (1988) defende será integrada ao discurso da disciplina escolar Geografia e mais fortemente difundida, no final do século XIX, momento que os livros didáticos passam a ser produzidos no Brasil. Entendemos que a partir do estabelecimento da disciplina Geografia no Brasil, havia uma tentativa de se difundir uma Geografia patriótica. Nessa perspectiva, apoio-me em Albuquerque (2009) para afirmar que havia um movimento no sentido de divulgar esse patriotismo, mas não havia materiais didáticos que abordassem o Brasil, inicialmente, tendo em vista que a maioria dos livros era importada, porém, posteriormente, quando esses passam a serem produzidos no Brasil há sim uma maior divulgação desse ideal patriótico.

Com base nessas colocações, sobre a presença da Geografia escolar do Brasil e, sua relação com os livros didáticos destacamos ainda nos estudos realizados por Albuquerque (2008), que:

Com base nas pesquisas que estamos desenvolvendo, compreendemos que o nacionalismo passou a compor o conteúdo do ensino dessa disciplina quando a geografia do Brasil foi institucionalizada como disciplina e os livros didáticos passaram a tratar das questões relativas ao país. Ou seja, esse debate foi introduzido na escola pelas publicações didáticas brasileiras. Pois enquanto os livros didáticos utilizados eram importados, esses, em geral, não traziam conteúdos sobre o Brasil e quando o faziam era de forma muito superficial. Podemos comprovar tal afirmação a partir do que nos diz José Veríssimo no ano de 1890: “Apesar da pretensão contrária, nós não sabemos geografia. Nesta matéria, a nossa ciência é de nomenclatura e, em geral, cifra-se à nomenclatura geográfica da Europa (1985, p. 03)”. (p. 166).

Como se pode identificar no trecho acima, os apontamentos da autora, em especial as colocações em que se apoia de José Veríssimo, pode implicar que os livros didáticos do período (final do século XIX) valorizavam um conhecimento

geográfico voltado para a Europa, em detrimento daqueles conteúdos que tratassem de outros continentes. Ainda pode-se acrescentar que em parte desses livros abordavam aspectos da astronomia e cartografia, denominados em seu conjunto como Geografia geral. Albuquerque (2008) enfatiza ainda que: “A nomenclatura recitada referia, em geral, às províncias européias, aos aspectos físicos e aos dados populacionais dos países daquele continente (p. 166)”. A esse respeito Rocha (1996) faz uma observação interessante acerca da inserção da Geografia escolar no currículo escolar brasileiro:

Nem uma evidencia nos faz pensar que ao ser inserida no Brasil, quando da “transplantação” do modelo curricular francês realizada nas primeiras décadas do século passado, o ensino desta disciplina tenha inicialmente tido aqui outra finalidade que não fosse a de fornecer informações genéricas, verdadeiramente enciclopédicas, de um mundo em franco processo de expansão (p. 157).

Ou seja, esse autor discorda do posicionamento de Vlach (1998) e afirma que a Geografia escolar ensinada nas escolas secundárias brasileiras não promovia a propagação do sentimento de nacionalismo patriótico, dado seu caráter de mera nomenclatura que descrevia muito mais as características naturais e humanas de outros continentes, do que às descrições referente ao Brasil (ROCHA, 1996).

Os conteúdos trabalhados nas escolas na época não poderiam garantir o repasse de saberes geográficos sistematizados e seguia o esquema enciclopédico “[...] iam desde a descrição da esfera celeste, passando em seguida pela descrição das características naturais e humanas dos diferentes continentes, para somente, no fim alcançar a descrição do Brasil” (ROCHA, 1996, p. 158). Nessa mesma publicação o autor afirma ainda que os conteúdos eram passados como a-históricos, como se homens e mulheres não fossem responsáveis pela organização da dinâmica social e modos de sobrevivências no meio.

Outro apontamento feito por Rocha (1996) referente às ideias de Vlach (1988) diz respeito a posição dessa autora ao entender que era de fundamental interesse dos legisladores fazer da disciplina Geografia um instrumento de grande relevância na propagação e difusão da ideologia do nacionalismo patriótico. Segundo Rocha (2006) a criação da disciplina Corografia do Brasil, em 1857, destinada ao ensino secundário, especificamente, restrita ao 4º e 5º ano do curso secundário do Colégio Pedro II, seria um exemplo de que o objetivo não era precisamente esse, pois o ensino limitava-se a um pequeno grupo social, e não a grande massa da população, que levaria a consciência nacionalista.

Com isso, Rocha (2006) questiona o ensino da Geografia voltado para fins nacionalista, uma vez que nesse momento histórico o ensino só atendia a um pequeno grupo social e não a toda a população, além do mais, o conhecimento propagado a essa minoria estava pautado nos livros didáticos trazidos da França.

Como ressalta Albuquerque (2009) “[...] havia poucas referências a geografia do Brasil, tanto por falta de fontes e dados para os autores de livros didáticos, quanto porque os livros eram elaborados fora do país e, muitas vezes, traduzidos sem uma adaptação a sua realidade” (p. 166).

A esse respeito, julga-se ser relevante acrescentar o posicionamento de Sousa Neto (2000) sobre as finalidades da educação, mais especificamente, sobre a presença dos livros didáticos nesse contexto que se buscava constituir a unidade e a nacionalidade, esse enfatiza que os livros brasileiros eram elaborados,

[...] à modo dos manuais franceses, que lido pelos brancos de um país majoritariamente não branco, tinha por finalidade formar alguns poucos senhores para falar a todos o que se conceberia, às custas do exercícios do favor ou da chibata, em verdade na boca das elites e daquele povinho mais ou menos miúdo que habitava este imenso e verde país (p. 35).

Com base nessa colocação esse autor levanta um questionamento importante sobre a função da escola nesse momento: “Se a ideia era criar por intermédio do ensino a unidade da nação, por que as elites afastaram da escola a expressiva maioria dos habitantes deste vasto território, que era, em muitos lugares, vazio?” (p. 35).

Com esse apontamento Sousa Neto (2000) coloca em xeque o debate entre o posicionamento de Rocha (1996) e Vlach (1988) que estamos aqui abordando nessa discussão. Souza Neto (ibidem idem) traz uma contribuição que merece espaço nesse debate, ao defender que não seria somente a escola quem comandava a disseminação das ideias nacionalistas, uma vez que a maioria da população brasileira não chegava aos bancos escolares no período imperial e, que essa não participação implicava o controle da elite dominante, que estava a frente de quase tudo, inclusive da escola, determinado o que era ser brasileiro e ser um cidadão pertencente à pátria (SOUSA NETO, 2000). Logo, podemos compreender que a escola:

[...] foi fundamental para a divulgação dessa ideologia patriótica da unidade nacional, porém insuficiente, posto que a nosso ver, foram necessárias outras instituições e práticas sociais, a maioria delas baseada no mandarinato dos senhores de terra, no ofício dos padres e no controle estatal feito pelos bacharéis. Quanto tudo isto falhava, então funcionava a Guarda Nacional criada *à moda francesa*, que enfim, conseguia estabelecer sue *pacífico consenso* (SOUSA NETO, 2000, p.36).

Então, partindo do pressuposto de que a escola sozinha não daria conta de responder todas as expectativas trazidas pela ideia de nação, enfatizamos a importância de entendermos que o poder se propaga nas micro-relações, com a mesma, ou talvez, com maior força, que nas grandes instâncias. Isto é, o repasse ou a transferência de tarefa na execução da difusão das ideias nacionalistas para outras instituições, que por sua vez, forma outras cadeias de repasse do poder, significa compreender que as práticas sociais não se estabelecem, nem tão pouco, se firma em parâmetros únicos (FOUCAULT, 1979). Estas, por sua vez, se firmam nas mais variadas escalas, sendo em alguns casos claramente visíveis, em outros, tão silenciosas, que o poder impera e, muitas das vezes nem se dá conta da sua presença coagindo as relações sociais. Assim, espaços como a igreja, as associações, clubes entre outras instituições tinham também a função de difusão desses ideais.

Nesse sentido, a partir das colocações aqui enfatizadas entende-se que a Geografia escolar de fato ajudou na propagação do discurso do nacionalismo patriótico, difundido, principalmente, no final do século XIX, pois como já mencionei a Geografia se constitui em uma disciplina escolar importante nesse momento histórico (ROCHA, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui desenvolvidas propicia conclusões que indicam que historicamente, o currículo da Geografia escolar para ensino secundário foi organizado a partir do modelo francês, sendo uma disciplina que estava nesse momento atrelada aos interesses de um modelo de educação capaz de disseminar os ideais nacionalistas.

Sobre a disciplina escolar Geografia, destaca-se que de um modo geral, era considerada uma disciplina mnemônica e descritiva, relativamente fácil e só de memorização. A consideração supracitada denuncia o fato de os cursos secundários do currículo brasileiro ter a Geografia apenas nos dois primeiros anos, diferentemente dos currículos estrangeiros, da Europa, Estados Unidos e Argentina que adotavam a Geografia em todos os anos do curso.

Para finalizar, fica o questionamento: será que as concepções de aprendizagem dos conteúdos geográficos, os currículos e as metodologias de ensino, foram historicamente, uma questão pontal para se pensar a Geografia escolar? Será que o fato do currículo brasileiro apenas adotar a Geografia nos anos iniciais, teria interferência no reconhecimento da importância da disciplina Geografia atualmente? E ainda, será que os problemas de falta de interesses e valorização da disciplina, residem na busca por novas metodologias?

Acerca das indagações acima, enfatizo que essa discussão não é somente uma preocupação de hoje, uma vez que a Geografia escolar, desde início do século XX especialmente, com as publicações de livros didáticos de Delgado de Carvalho e Raja Gabaglia, propondo uma Geografia moderna, mostrando aos professores e aos alunos novas maneiras de trabalhar a Geografia escolar, a partir de imagens, mapas, projeções, exercícios, atividades práticas, aulas de campo, dentre outras

questões que podemos entender como modernas para a época e que ainda hoje aparecem no ensino da Geografia escolar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. A autoria de livro didático de geografia em Pernambuco no século XIX: uma relação entre a legislação e a elaboração. São Paulo: Terra Livre, vol. 2, n. 31, p. 163-171, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O que é disciplina escolar? *In.* _____. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, pp 33-55, 2004.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ROCHA, Genilton Odilon R. da. A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1937 – 1942). Dissertação (Mestrado em Educação), Departamento de Supervisão e Currículo, PUC – SP. São Paulo: PUC, 1996, 289 p.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. *In:* Geografia: disciplina escolar. Terra Brasilis: Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Ano I, nº 1, Rio de Janeiro, RJ. Editora: Sal da Terra. Jan/jun. 2000.

VLACH, Vania Rubia Farias. A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 1988, 206 p.

Contato com o autor: Joseane Abílio de Sousa Ferreira <joseaneabilio@hotmail.com>

Recebido em: 18/08/2017

Aprovado em: 24/12/2017

ⁱ Em geral quando se aparece com essa nomenclatura é já nos 6º e 7º anos do ensino secundário no Brasil.

ⁱⁱ Livros indicados pelo Programa: Trancredo do Amaral, **Geographia elementar**, ou Lacerda, **Curso methodico de geographia**, ou Sallaberry, **Lições de geographia geral**, ou Moreira Pinto, **Curso de Geographia. Atlas do Brasil**, por Homem de Mello. **Atlas** de Delamarche ou Schrader.

ⁱⁱⁱ Identificamos a substituição da obra *Chographia do Brasil*, de Scrosoppi pela a obra *Compêndio de Chographia do Brasil* de Pinheiro Bittencourt -. E ainda, apontamos o aparecimento de um Curso complementar de Geographia social e econômico.

^{iv} Tal Colégio teve seu currículo organizado com base nos colégios franceses, desde seu primeiro regulamento em 1838, que temos um exemplo de modelos educacionais “transplantados” ou copiados das práticas escolares da França (ROCHA, 1996).

^v De acordo com Sousa Neto (2000) ao estudarmos os processos de escolarização, pensando como se deu no século XIX a propagação dos ideais nacionalistas, identificamos que a escola foi, como já enfatizamos nesse trabalho, uma grande aliada na legitimação dos sentimentos de pertencimento e de amor a pátria. Esse autor destaca ainda em seus estudos a formação da identificação nacional no século XIX, dando destaque para três acontecimentos importantes surgidos nas primeiras décadas do século – a criação do Colégio Pedro II e o surgimento da disciplina escolar Geografia (1837), e a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.